

Lula e o ceticismo

Economia - Brasil

PAULO SCHENBERG

Analistas do mercado financeiro projetam juros de 14% no final de 2004, não cogitando a possibilidade de redução mais agressiva da Selic. Entretanto, poderemos ter uma queda mais atraente desses juros se conseguirmos controlar duas das variáveis componentes do conjunto que forma a taxa e que estão sob nosso domínio: a inflação e o risco-Brasil. As demais dependem de condições da economia norte-americana e estão totalmente fora de nosso alcance. Há razões para acreditar que possamos reduzir nosso risco e simultaneamente manter a inflação sob controle. Com isso, será possível reduzir a Selic a valores inferiores aos atualmente projetados.

Em artigo publicado recentemente, o jornalista Celso Ming afirma que a dívida brasileira cresceu ao longo de 2003, podendo ter ultrapassado R\$ 915 bilhões ou 57,7% do PIB. E o texto revela que, enquanto o credor da dívida pública argentina (hoje em torno de 130% do PIB) é preponderantemente o investidor estrangeiro, o da brasileira é, em quase 100% dos casos, nacional. O jornalista não explicita o percentual da dívida retida por brasileiros, tampouco qual a parcela existente no Brasil aplicada em fundos lastreados em títulos dessa dívida ou a parcela no exterior. Todavia, seu texto leva a crer em um alto percentual. Imaginemos algo mediano, digamos 50%, isto é, R\$ 458 bilhões, ou aproximadamente US\$ 153 bilhões! Lembre-se que o Orçamento federal para 2003 dispunha de apenas R\$ 7 bilhões para investimentos e o deste ano contempla R\$ 12 bilhões, cerca de US\$ 3 bilhões.

Diante de tal montante, pode-se entender melhor a razão de pagarmos juros tão elevados. Em nenhuma hipótese poderíamos nos dar ao luxo de que tal volume de capital brasileiro entrasse em órbita e fosse atraído por algum País, que, à semelhança do nosso, estivesse pagando altas taxas de juros para fechar suas contas ou mesmo que voassem para a segurança dos títulos americanos. Então, o que fazer? Continuar pagando essas inomináveis taxas?

A resposta pode ser encontrada em trecho de discurso do presidente Lula em meados de 2002, em debate com adversários na campanha eleitoral: "É preciso entender que o Brasil depende de injeções de capital estrangeiro todo ano para poder fechar as contas internas. Quanto mais dinheiro você precisa, maior a sua vulnerabilidade e mais você tem de remunerar os investidores que vão aportar esses recursos". Segundo o presidente, para reduzir as taxas de juros, precisamos gerar um saldo comercial maior. Para se ter uma queda mais atraente dos juros por aqui, ou seja, além do limite dos 4,25% mencionados, há que se controlar as duas variáveis que estão sob nosso domínio: a inflação e o risco-País. A partir de uma política de comércio exterior mais eficaz, dando mais suporte às exportações, fazendo melhores acordos comerciais. Ou, ainda, promovendo substituição competitiva de importações.

Para o candidato Lula, o crescimento econômico era a única saída para reduzir a vulnerabilidade da economia. A despeito da coerência entre o discurso do candidato e as ações do presidente, vem a mais difícil batalha: vencer o ceticismo persistente no País. A vitória pressupõe investimentos de vulto em educação, saúde e ciência e tecnologia. Estes investimentos, que significam distribuição de renda, são tão ou mais importantes para o desenvolvimento do País quanto o processo de redução dos juros é para a continuidade do crescimento econômico e a geração de novos empregos.

Se a isso forem somados os investimentos em infra-estrutura que virão por conta das Parcerias Público-Privadas, a continuidade no processo de aumento das exportações, o deslanchar dos programas sociais de resgate de cidadania e a conclusão das reformas constitucionais, Lula terá implementado as condições para ampliação do mercado interno, chave para o crescimento sustentável.

Agindo assim, o governo abrirá também o caminho para que os capitais hoje aplicados no serviço da dívida pública interna migrem para o setor produtivo, criando novos negócios ou gerando recursos para isso. E o retorno de capitais brasileiros hoje aplicados no exterior em títulos soberanos da dívida pública permitirá que se programe uma redução controlada do estoque da dívida.

Cumprindo essa agenda, o Brasil certamente será premiado com a redução de seu risco e conseqüentemente poderá derrubar a Selic para valores inferiores aos 14%. Não há motivos para agirmos com descrença, caso a retomada do crescimento econômico se consolide por essas vias. Acima de tudo, estamos em pleno momento de reflexão. Fincar o pé e dizer não ao programa do atual governo significa perder – mais uma vez – o bonde da história.

PAULO SCHENBERG, engenheiro, é consultor sobre o mercado de ações.